

Alvaro pereira

O perfil do PMDB

Dois meses após a sua instalação solene, a Assembléia Constituinte consegue finalmente se instrumentalizar para o trabalho de elaboração da futura Constituição brasileira. Aprovado o regimento interno e constituídas as comissões temáticas, o passo seguinte será instalar a comissão considerada mais importante, a de Sistematização, assim como as sub-comissões em que se dividem as comissões temáticas. Se tudo correr bem, tudo deverá estar pronto na próxima quarta-feira, quando serão eleitos o presidente e o relator da Comissão de Sistematização, mas os constituintes só começam a discutir efetivamente o novo texto constitucional depois dos feriados da Semana Santa.

Um acordo firmado entre os líderes do PMDB e do PFL garantiu a instalação das diversas comissões temáticas, na semana passada, em clima de acirrada disputa pelos cargos de presidente e relator. E que setores importantes do PMDB se sentiram aliados pelo líder do partido na Constituinte, Mário Covas, e apresentaram candidaturas alternativas em pelo menos três comissões: Ordem Econômica, Ordem Social, Saúde e Educação. O acordo, se satisfaz às principais lideranças partidárias, deflagrou o confronto ideológico na Constituinte e foi motivo de preocupação dentro do próprio governo.

Na terça-feira à noite, o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, principal negociador do acordo com o PMDB, seria surpreendido por um telefonema do presidente Sarney, que se manifestava apreensivo em relação ao destino de algumas comissões. Pelo acordo, o PFL escolheria os presidentes das comissões temáticas, cedendo apenas uma ao PDS, e o PMDB indicaria todos os relatores, cuja função será reunir num parecer ou projeto as emendas apresentadas pelos diversos constituintes. Preocupava o presidente Sarney o fato de o PMDB ter indicado para relatores, entre outros, o deputado Egidio Ferreira Lima (Organização dos Poderes) e o senador Severo Gomes (Ordem Social). Os dois indagariam, na visão do Palácio do Planalto, a ala considerada mais "radical" do PMDB, do governo que essas duas comissões, pela sua importância estratégica, ficassem nas mãos do PFL, um partido mais "confiável", ou então de setores moderados do PMDB. Na Comissão da Ordem Econômica se definirá, por exemplo, o grau de participação do Estado na economia, assim como os limites que eventualmente serão criados à entrada de investimentos estrangeiros — temas que interessam muito de perto ao governo. Por outro lado, a Comissão de Organização dos Poderes irá decidir, simplesmente se o Brasil terá um regime parlamentarista ou presidencialista, e se o presidente Sarney deverá ficar durante quatro, cinco ou seis anos no exercício do poder. A indicação de dois políticos independentes para o posto de relator é a certeza de que o governo terá influência apenas relativa no trabalho dessas duas comissões.

Também o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Santana, protestou contra "o método utilizado pelo líder Mário Covas para designar os relatores". O líder do governo explicou que o processo de escolha não foi democrático, por que o senador Covas não teria ouvido, previamente, os diversos grupos que integram o PMDB. O próprio líder Carlos Santana não foi ouvido, ele que se considera uma das expressões do grupo "moderado". Ao contrário do que se previa inicialmente, o PMDB sob o comando do senador Mário Covas ficaria mais distante, e não mais próximo da orientação e dos interesses do governo.

Políticos ligados ao senador Covas explicam, no entanto, que houve a preocupação de ouvir determinados setores e de auferir tendências. O problema é que havia pelo menos três candidatos para cada vaga de relator, e o líder Covas não poderia fugir a sua responsabilidade regimental de indicar, às comissões, apenas um candidato — conforme o acordo acertado com a Frente Liberal. Nesse processo pessoal de escolha, o líder do PMDB ainda teria procurado seguir critérios como o de representatividade, regionalidade e aptidão de cada Constituinte. Porém, o que prevaleceu mesmo foi a intenção de preencher os principais cargos das comissões com políticos de perfil "progressista" e, portanto, mais identificados com as mudanças.

Não tem o senador Covas a veleidade de imaginar que a nova Constituição promoverá mudanças profundas na economia e na política. A Assembléia constituinte ainda teria um perfil majoritariamente conservador, refletindo a realidade de um país igualmente conservador. O objetivo do líder do PMDB teria sido o de delimitar um espaço "progressista" para o seu partido, de forma a poder resgatar, na Constituinte, os compromissos assumidos durante tantas campanhas eleitorais. A Constituição que sair daí representará a média ponderada das diversas tendências políticas e ideológicas: não se esperam mudanças radicais, mas se esperam mudanças.

Afonso Arinos

Já não é mais tão certa, como se esperava, a indicação do senador Afonso Arinos para a presidência da Comissão de Sistematização da Constituinte. Setores importantes do PFL já articulam a indicação de um outro candidato, sem a mesma dimensão, porém mais afeito às manobras regimentais. O professor Afonso Arinos seria deslocado, neste caso, para uma espécie de presidência de Honra Comissão.

União da esquerda preocupa



Sarney já tem substitutos de cinco ministros

Débora Maroja

Os ministros da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco; do Interior, Ronaldo Costa Couto; da Agricultura, Iris Rezende; da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães, e da Cultura, Celso Furtado, estão entre os prováveis ministros a serem substituídos em breve pelo presidente José Sarney. Os ministros do Trabalho, Almir Pazzianotto; do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Dery Schwartz, e da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, contra todas as expectativas, devem permanecer em seus cargos. Em conversa com interlocutores, Sarney tem dito que estas mudanças não significam uma reforma ministerial, mas um "ajuste" em sua equipe, para exprimir a nova correlação de forças políticas.

Os "ajustes" serão resultado do poder de pressão para influenciar nome. O maior poder de pressão para as substituições ministeriais vem dos governadores de São Paulo, Orestes Quéricia; de Minas Gerais, Newton Cardoso; do Rio de Janeiro, Moreira Franco; de Pernambuco, Miguel Arraes, e da Bahia, Waldir Pires.

Mesmo pressionado por tais forças políticas, Sarney não desprezará, entretanto, na composição do novo ministério, critérios como competência e confiança. Não necessariamente nesta ordem. Com isso, o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, apesar das greves, permanece, mais pela dificuldade em achar um substituto que tenha bom trânsito entre as lideranças sindicais, problema também compartilhado pelo ministro do Mirad, Dante de Oliveira, que para ser substituído é preciso que o seja por um nome aceito pela Igreja. O ministro Dery Schwartz também fica por ter mostrado um dos melhores resultados administrativos do ministério Sarney.

O deputado Ralph Biasi deve ir mesmo para o lugar do ministro José Hugo Castelo Branco, por pressão de Quéricia, mas a contragosto de Sarney. Ronaldo Costa Couto vai para a Caixa Econômica Federal e dá seu lugar ao candidato de Arraes, deputado Carlos Wilson. O ministro da Agricultura, Iris Rezende, mesmo tendo perdido uma vaga certa no Senado, deve sair. Será, porém, premiado com algum cargo no governo.

Maciel pode sair do Gabinete Civil

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, não deve permanecer na nova equipe ministerial, após os ajustes que o presidente José Sarney efetuar em breve. Para seu lugar o nome mais cotado, no momento, é o do ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães. Acusado num posto de grande influência política, Marco Maciel, começou a perder poder dentro do governo, ao apoiar nas últimas eleições os candidatos ao governo de São Paulo, Antônio Ermírio de Moraes; do Paraná, Alencar Furtado; de Minas Gerais, Itamar Franco, e claro de Pernambuco, José Múcio.

Com as fragorosas derrotas de seus candidatos, Marco Maciel, viu seu prestígio diminuir gradativamente dentro do governo. No momento, tem manifestado, com certa insistência, seu desejo de retornar ao Senado Federal, para onde foi eleito em 82. Um observador político, contudo, comenta e com razão, o fato de que Marco Maciel perdeu uma grande oportunidade de ter saído do governo em melhor situação, no começo deste ano.



A indicação de Roberto Cardoso Alves, conservador, não agradou

CNBB reforça ação sobre constituintes

A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) está organizada para defender seus interesses — mais políticos do que religiosos — na futura Constituição. Assim, deixa de lado os dogmas e preceitos religiosos, para se articular junto a todos os parlamentares, e envia boletins diários, via telex e rádio, para paróquias, arquidioceses e até mesmo empresas privadas de todo o país.

Além disso, a Comissão da Constituinte na CNBB tem realizado diariamente o "café da manhã com um constituinte". Este programa é gravado e retransmitido às rádios católicas do Brasil. O parlamentar escolhido expõe, por uma hora, sua tese política em relação aos temas constitucionais, principalmente a posse da terra e direitos do trabalhador rural e urbano.

A articulação da CNBB começou antes da instalação da Assembléia Nacional Constituinte. Para dar início ao programa "Constituinte, para mudar, o povo tem que aprovar", os 559 constituintes foram convidados a um encontro com a presidência da entidade. Ao encontro, realizado no dia 25 de março, compareceram mais de 80 deputados e senadores, sendo a bancada mais representativa a

do PT, com o comparecimento de 59 por cento.

Voz popular

Segundo a assessoria de comunicação social da CNBB, este projeto surgiu da necessidade de se criar um intermediário entre o Congresso Nacional e a população. A entidade acredita que se não houver este tipo de articulação a nova Carta poderá conter dispositivos mais conservadores do que os atuais, o que é "incompatível com a realidade brasileira".

Para primeira etapa deste projeto a Comissão pretende esgotar a discussão em torno dos seguintes temas: reforma agrária e urbana, direitos do trabalhador rural e urbano, democratização dos meios de comunicação social e da realização de um plebiscito para a aprovação popular da nova Constituição.

A CNBB vai mais longe. Pretende, através de seus programas radiofônicos e boletins semanais e diários, estimular os diversos segmentos da sociedade para colher assinaturas sobre projetos desta natureza. Garante que não pretende interferir, diretamente, em temas como aborto, divórcio já que não abre mão de suas convicções que têm apoio de uma parcela representativa da população.

Partidos apóiam a iniciativa

Crenças religiosas à parte, constituintes do PMDB, PDT, PT e até mesmo PCB, consideram oportuna a articulação da CNBB, que tem por objetivo estimular a participação popular na Constituinte. Para eles esta atuação não pode ser recriminada, já que nos últimos anos a Igreja tem participado ativamente em favor das lutas populares.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ), por exemplo, é protestante, e mesmo assim compareceu à reunião e ao programa matinal, "por ter sentido que não era mais um trabalho de um grupo de pressão". Acrescenta que percebeu o interesse dos membros da Comissão da Constituinte em relação aos problemas básicos da população.

Os deputados e senadores que participaram do encontro, no dia 25 de março, dizem que a CNBB deixou claro, desde o início, que não está disposta a apresentar propostas. Por isso, não tem interesses de fazer lobby para que não sejam aprovados projetos como o do aborto.

A deputada Moema São Thiago (PDT-CE) — que prefere não se posicionar religiosamente, apesar de acreditar em Deus — considera o trabalho "como um dos mais importantes do momento". Para ela a CNBB concretizou o lobby popular na Constituinte e deixa claro que não está interessada em propagar na nova Carta os seus preceitos religiosos.

Os constituintes afirmam que a



Benedita reconhece interesse

idoneidade dos trabalhos da CNBB podem ser observados nos boletins diários e semanais que chegam a seus gabinetes. Para eles, em muitos casos, a informação é muito mais precisa do que na cobertura diária da imprensa, além de não trazer qualquer mensagem ideológica.

A deputada Moema São Thiago ressaltou que a Comissão da Constituinte está sendo articulada por uma ala bem progressista da Igreja. Acrescentou ainda que não tem conhecimento de qualquer interferência na escolha dos nomes que compõem as Comissões da Família e dos Direitos do Homem e da Mulher.

A hegemonia da centro-esquerda no PMDB está preocupando os setores conservadores do partido, que através de intensa pressão tentam obter um espaço maior do que seu peso real. A frente desse movimento, o deputado Carlos Sant'Anna denuncia a marginalização de sua corrente pelas lideranças do partido escolhidas pelo voto e prega democracia interna. Por trás do discurso, eles querem mais cargos. A esquerda do partido também não está satisfeita com a distribuição feita pelo senador Mário Covas, especialmente por suas concessões à direita. Aliada ao centro, foi preterida em algumas comissões para que fossem satisfeitas as reivindicações de outras correntes.

O Planalto banca discretamente a posição de seu líder Carlos Sant'Anna. Mas o PFL, satisfeito com o acordo com o PMDB, não quis servir de ponta-de-lança dos conservadores peemedebistas. Temia gerar novo impasse e, a exemplo do que ocorreu na formação da Mesa da Constituinte, vir a ser excluído dos importantes espaços obtidos através do acordo.

Mário Covas cedeu ao bloco do Planalto, indicando o deputado Prisco Vianna como relator-geral de uma comissão. Para isto, teve que excluir de outra comissão o deputado Domingos Leonelli, indicado justamente pela chamada esquerda independente do PMDB. Foi uma concessão que criou muitos problemas para as lideranças do partido na Constituinte.

Os conservadores, que dizem contar em suas fileiras com o terço da bancada do PMDB o deputado Roberto Cardoso Alves, tido como uma das expressões mais conservadoras do partido, no estratégico cargo de relator da Comissão da Ordem Econômica. Covas não aceitou. O empresário e senador Severo Gomes foi mantido. A indicação de Cardoso Alves provocaria uma verdadeira rebelião da ampla maioria peemedebista que não comunga com as suas posições.

Concebida por Sant'Anna e executada pelo deputado Expedito Machado, coordenador da bancada do Ceará, uma nova estratégia dos conservadores foi posta em prática a partir de quinta-feira. Pediram eleição em cada subcomissão para os cargos do partido. Não conseguiram, mas obtiveram o que realmente desejavam: nas consultas para a distribuição dos cargos serão ouvidos e contemplados com uma cota. A esquerda do partido, desconfiada desta movimentação conservadora, está disposta a lutar para não perder seus poucos espaços.

Vice-líderes darão o tom

Os seis primeiros nomes já conhecidos do colégio de vice-líderes do PMDB na Constituinte traduzem fielmente um atual perfil político do partido que é de centro-esquerda. Pelo critério da proporcionalidade os peemedebistas poderão indicar até 38 vice-líderes e a tendência é a de que a centro-esquerda fique com a maior fatia dos lugares a serem ocupados.

Apesar de terem sido indicados até agora apenas seis vice-líderes, a amostragem é significativa uma vez que o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), abriu mão do direito de designar seus auxiliares deixando esta tarefa para as bancadas estaduais na Câmara. No Senado, Covas preferiu prestigiar o líder Fernando Henrique Cardoso que será o responsável pela indicação de cinco senadores para compor o colégio de vice-líderes do partido. Apenas oito parlamentares serão escolhidos diretamente pelo líder.

Até agora, foram indicados os senadores Fábio Lucena (AM) e Aloísio Bezerra (AC) e os deputados Euclides Scalco (PR), Antônio Brito (RS), Paulo Macarini (SC) e Antônio Perosa (SP). Todos, sem exceção, fazem parte da ala de centro-esquerda do PMDB. Euclides Scalco e Paulo Macarini são indicações pessoais de Mário Covas. O primeiro, ligado ao senador José Richa (PR), assim como o próprio líder, e o segundo, cassado em 1969, juntamente com o então deputado e líder do MDB, Mário Covas.

Na opinião do vice-líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), também de centro-esquerda, a bancada do seu partido é formada, majoritariamente, por parlamentares de centro-esquerda e de centro-liberal, que costumam acompanhar as posições mais progressistas dos peemedebistas, mas não aceita qualquer tipo de radicalização tanto da esquerda como da direita. Esta ala, por sinal, perdeu espaço dentro do PMDB nas últimas eleições. (Silvio Donizetti)

Quéricia ironiza a liderança de Ulysses

São Paulo — O governador Orestes Quéricia, que nunca escondeu sua insatisfação pela permanência do presidente da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, na presidência nacional do PMDB, disse ontem em tom irônico que o partido "está conformado e sempre alegre com o doutor Ulysses na presidência". Depois de jurar que nunca mais falaria sobre o assunto, diante da constância com que a imprensa vem explorando o tema, o governador Orestes Quéricia tratou rapidamente de encerrar mais uma vez a conversa em torno da insistência de Ulysses Guimarães em permanecer no cargo até o fim de seu mandato: "Na medida em que ele diz que vai ficar não devemos mais colocar nenhum obstáculo".

Com o rosto ainda maquiado e cheirando pó de arroz ao final da gravação, ontem, do primeiro programa do PMDB no estado em horário concedido gratuitamente no rádio e televisão na próxima quarta-feira pelo TRE, o governador Orestes Quéricia informou que o governador do Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda, também participará do encontro que ele manterá no dia 8 com os governadores do Rio, Moreira Franco, e Minas, Newton Cardoso, no Palácio dos Bandeirantes. A participação de Marcelo Miranda na reunião foi a forma, segundo Quéricia, de dar "uma dose equilibrada" ao caráter do encontro, que tem como pautas principais a fixação do mandato do presidente Sarney, a reforma ministerial, reforma tributária e, principalmente, a crise econômica do país. "Vamos apenas meditar sobre os problemas do país", adiantou Quéricia sem entrar em detalhes.

O governador de São Paulo prometeu durante o encontro não levantar a questão do mandato do presidente Sarney, mas está pronto para opinar sem definir todas as questões em pauta. Quéricia prometeu ainda cobrar uma definição rápida do presidente da República sobre o rumo da política econômica, além da urgência de uma reforma ministerial.

A ida do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, na semana passada ao Congresso para falar ao PMDB sobre a situação econômica do país foi interpretada por Quéricia como "uma estratégia combinada" entre o presidente do partido, Ulysses Guimarães, e o ministro Funaro, mas que não convenceu a maioria dos peemedebistas.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL
GDF - SEC
AVISO
EDITAL Nº 002/87—DE—FCDF, PARA CONCESSÃO DE AUXÍLIO PARCIAL PARA PROJETOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS DO DISTRITO FEDERAL.
Encontra-se à disposição dos interessados na sede da FCDF, Via N2 anexo do Teatro Nacional de Brasília, nesta Capital, o edital relativo a concessão de auxílio parcial para projetos culturais e artísticos do Distrito Federal — Plano Piloto, Cidades Satélites e Zona Rural.
As inscrições deverão ser feitas até o dia 15 de abril de 1987, de 8:30 às 12:00 e de 14:00 às 18:00 horas, na sala do Núcleo de Pauta, no endereço acima descrito.
GOVERNO JOSÉ APARECIDO
Brasília Capital de todos.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ
AVISO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/87
O Instituto Brasileiro do Café, através da comissão constituída no processo nº 2660100094/87, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Tomada de Preços para contratação de serviços de vigilância armada para o Edifício-Sede, nesta capital, às 9:00 horas do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo da publicação do edital no Diário Oficial da União, (15 dias).
O respectivo Edital e demais esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Licitação, no período de 8:30 às 11:30 e 14:30 às 18:00 horas no SGN — Quadra 02, Bloco "G" — Edifício-Sede na sala de Reuniões da Diretoria de Administração.
Brasília (DF), 1º de abril de 1987
DELMIR CORTES DO PRADO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO